

III SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO - CASO DE SUSTENTABILIDADE DO TRT 18

MESTRE DE CERIMÔNIA

Senhoras e Senhores, boa tarde, novamente. Solicitamos aos presentes a gentileza de ocuparem os seus lugares e manterem os aparelhos celulares no modo silencioso, para que possamos retornar às atividades do III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário.

Neste momento, teremos o Caso de Sustentabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que será apresentado pela Senhora Lara Nercessian, Chefe do Setor de Responsabilidade Socioambiental daquele Tribunal.

(Palmas)

A SENHORALARA NERCESSIAN

(Chefe do Setor de Responsabilidade Socioambiental do TRT da 18ª Região)

Boa tarde a todos, boa tarde, meu nome é Lara e sou Gestora de Responsabilidade Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. Quero dizer que me sinto em casa aqui e participo desse seminário desde a sua primeira edição. Venho crescendo junto com o seminário e aprendo muito aqui. Quero dizer que, de fato, esse seminário cumpra com o seu objetivo de capacitar. Hoje mesmo, quando eu for embora, já vou levar muitas ideias para aplicá-las lá no meu Regional, como tenho feito todos os anos, após este seminário.

Este é o nosso Fórum Trabalhista de Goiânia, considerado um Tribunal de porte médio: são 18 Varas do Trabalho, em Goiânia, 30 no interior e dois postos avançados. O nosso Plano de Logística Sustentável - antes quero dizer uma coisa: lá no nosso Tribunal, a ideia de uma logística sustentável é levada muito a sério, pois é considerada muito importante. Mas é levada a sério, por quem? E considerada importante, por quem?

Em primeiro lugar, é levada a sério pela alta administração. Isso, gente, faz toda a diferença. Eu estava agora mesmo no *coffee break*, conversando com as meninas do CNJ, que estão responsáveis por elaborar o PLS deles. E me perguntando: como é que vocês fizeram? Como é que funciona?

Então, quero reforçar essa parte inicial da minha palestra, porque vejo que é muito importante para quem ainda não tem. E, acredito, como os dados foram mostrados, ainda há muita gente que não fez ou está nesse processo agora. Gosto de dizer que o começo das coisas é muito importante. Não tem aquele ditado? Pau que nasce torto, nunca se endireita? Até ontem a Ketlin disse: se começou errado, rasga e faz de novo, porque tem que se começar certo. Vou até fazer aqui uma metáfora: Como é que o Brasil começou, e como é que os Estados Unidos começaram?

Bom, no Brasil foi assim: o marco da colonização portuguesa foi a tropa de Pedro Álvares Cabral, que chegou aqui no dia 22 de abril. Dizem alguns historiadores que, por acaso, esbarrou, por acaso, desceu, olhou, viu que havia possibilidades de uma extração de ouro e riquezas. Olhou na tripulação, e haviam dois condenados. Falou:

— Vocês dois condenados, fiquem aí, vão explorando e vão vendo, porque o meu objetivo é ir para a Índia.

E, largou aqueles dois lá e foi para a Índia. Assim começou a história do Brasil. Vai dar certo desse jeito?

Como é que foi lá no Hemisfério Norte? O navio Mayflower veio trazendo 102 pessoas ali com o propósito de construir um novo mundo, um novo país, ou seja, pessoas engajadas que tinham um ideal. E, começaram, então, a construir. Comparo essas duas formas também de lidar com a criação do Plano de logística, com a criação da Comissão.

Lá no nosso Tribunal, em setembro de 2013, sou jornalista, da área de comunicação e me candidatei, porque gosto da área, e fui lá conversar: quero participar desse novo projeto, aqui no Tribunal, de responsabilidade socioambiental.

Fui lá no gabinete do Diretor-Geral, que se reuniu comigo e disse:

— Olha, eu quero construir uma nova cultura de responsabilidade socioambiental no Tribunal e isso para mim é muito importante. Você quer esse desafio?

Eu disse: quero.

Então, agora nós vamos criar a Comissão gestora do plano de logística sustentável. E o que ele falou:

— Chama lá. Eu quero nessa Comissão a cúpula tática do Tribunal.

Hoje aprendi quem faz parte da estratégia e quem faz parte da tática. Então, os diretores e os secretários das principais coordenadorias, das principais secretarias do Tribunal. Ele falou:

— Não quero servidor, com todo o respeito, porque precisa estar lá quem manda, precisa instalar quem tem poder, quem tem poder decisório.

Ele falou:

— Eu quero que funcione e sei que só funciona sim.

E é desse jeito, gente, só funciona assim, na minha opinião, até agora por experiência. Então, formamos a comissão e, de repente, eu, Chefe de setor recém-criado, um peixinho pequeno estava numa mesa de trabalho com a cúpula tática do meu Tribunal, os principais diretores, inclusive temos um aqui, hoje, Secretário de Gestão Estratégica, Dr. Álvaro, que pode confirmar essas palavras.

Então, essa Comissão é a equipe de trabalho. Desde o início, a equipe de trabalho de responsabilidade socioambiental no TRT 18 é formada pela cúpula tática do Tribunal, e é uma equipe de trabalho que funciona, porque todo o mundo ali põe a mão na massa, inclusive o Dr. Álvaro e qualquer outro membro da Comissão poderia estar aqui agora, falando, porque todos têm consciência do plano como um todo. As reuniões, embora o Diretor-Geral não esteja formalmente na Comissão, todas, 100% das reuniões, do primeiro dia até hoje, ocorrem no gabinete dele, com sua presença dele. E qualquer coisa que eu precise, é só eu mandar WhatsApp ou ir lá, na hora, nós definimos, editamos portarias, redigimos memorandos, assinados por ele ou portarias assinadas pelo presidente. Então, quando temos essa força da alta administração, fazemos acontecer as ações.

Se vocês notarem bem, viu Ketlin? Cadê o senhor do Ministério do Planejamento e Orçamento, que estava falando aqui hoje?

O nosso Plano de Logística Sustentável foi publicado, a primeira versão, em fevereiro de 2014. A nossa Comissão foi criada em 2013, bem antes da Resolução 201, do CNJ, ou seja, acho que somos um dos raros órgãos do Poder Judiciário que elaborou o Plano, seguindo o Decreto n. 7.746, da Presidência da República e a Instrução Normativa n. 10.

E no início, o nosso Plano, para começar, não vamos ver as nossas prioridades, aqui, e eleger. Tínhamos quatro indicadores: copo descartável, papel, energia e água. O interessante é que, na época, na imprensa, foi noticiado. Criamos um plano, fizemos uma campanha muito boa de copos descartáveis e reduzimos em 3 meses mais de 40% do seu consumo. Também, fizemos uma campanha com o papel, e a imprensa veio a noticiar.

Olhem que interessante: TRT obedece ao Executivo e elabora Plano de Logística Sustentável. Fiquei incomodada quando saiu isso na imprensa. E falei: tudo bem, pelo menos obedecemos uma boa norma. Isso mostra como precisamos das normas, como são importantes para nos nortear. Isso mostra, também, que a administração já tinha essa ânsia por concretizar a logística sustentável, mas faltava a normatização. E, assim como foi importante a Instrução Normativa n. 10, também foi

importante a Resolução 201, do CNJ, em 2015, que fez com que reformulássemos completamente o nosso PLS, que é outro hoje.

Realizamos, na semana passada, a nossa semana de responsabilidade socioambiental lá do TRT. Foram três dias, muita ousadia, de palestras, oficinas, distribuição de mudas. Inclusive, noticiamos que não iríamos também distribuir copos descartáveis, como vocês fizeram aqui, e no primeiro dia, distribuimos umas canequinhas plásticas e avisamos para todos que era para trazer e usar nos 3 dias de evento. Quantas pessoas trouxeram sua canequinha no dia seguinte? Nenhuma, zero. No segundo dia, distribuimos o restante das canequinhas, e no terceiro dia, corremos e alugamos copo de vidro, mas não distribuimos copos descartáveis. Mas, falei isso para dizer o seguinte: no último dia do evento, até o pessoal do Tribunal de Justiça de Goiás, está aqui, a Cláudia, nos reunimos para assinar um protocolo de intenções para a sustentabilidade. Todo o Poder Judiciário, o Estadual, o Federal e também os Ministérios Públicos, e constatamos, depois de uma reunião com os gestores, que dos 7 órgãos presentes, apenas 2 tinham uma unidade de responsabilidade socioambiental, nos moldes da Resolução 201. Então, ainda há muito o que se fazer, porque sem essa unidade é praticamente impossível levarmos adiante as ações. Fica aqui esse apelo para os gestores. É necessária essa unidade com um servidor exclusivo, com estrutura mínima, sala, plaquinha, pois essa unidade é fundamental para o sucesso das ações.

Então, estamos lá, tranquilos, executando o nosso plano, e vem dois normativos novos: um é o Ato Conjunto n. 24/TST.CSJT, que criou a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, como já disseram aqui, um documento belíssimo. Recomendo a todos a leitura, que veio reforçar a necessidade da unidade de gestão socioambiental.

E, em seguida, em março de 2015, a Resolução 201. E embora as reuniões todas acontecessem na Diretoria-Geral, nascemos ligados à Secretaria de Gestão de Pessoas. Nesse momento, passamos a ser vinculados à Diretoria-Geral, o que nos deu ainda mais força.

Então, essa Resolução 201 foi uma revolução, porque tínhamos 4 indicadores. E, de repente, passamos a trabalhar com todos esses temas. O que aconteceu? No primeiro momento nos assustamos. Mas, pensamos: não, vamos correr atrás. Mais diretores foram sendo agregados, embora a Comissão continuasse com aqueles componentes - procuramos primeiro o diretor - fomos então à engenharia, a informática já estava e mais pessoas foram entrando. Conseqüentemente, conseguimos reformular, e o nosso PLS, de acordo com a Resolução 201, ficou pronto

em novembro de 2015. Ufa, está pronto! Quando começamos a executá-lo, outra bomba. O que vem? O corte orçamentário.

Pois é, gente, hoje mais cedo o Conselheiro do CNJ deu os dados, falou da injustiça até com a Justiça do Trabalho nesse corte severo. Disse em números, um pouco diferentes dos meus, mas esses são os números oficiais que temos lá, que a presidência me passou. A Justiça do Trabalho sofreu esse corte de 29% nas despesas de custeio e 90% nas despesas de investimento. E o nosso Plano já tinha medidas austeras, porque outra característica muito importante que aprendemos e usamos, desde o início da aplicação do plano, é o rigor. Agimos com rigor, por exemplo, não vou sugerir, pedir para os servidores, se quiserem, por favor, usar uma canequinha. Não, vou dizer: a partir de tal dia não tem mais copo descartável. Existe a portaria tal e está determinado. A pessoa reclama um pouquinho mas adere e acha bom depois. Viemos sempre agindo com rigor.

E esse rigor foi intensificado, porque a necessidade de redução de custos passou a ser uma prioridade máxima para o Tribunal. Conseguimos alguns resultados extraordinários. Vou mostrar só dois aqui, pelo tempo, que foram fantásticos. O primeiro deles, energia elétrica. O nosso objetivo do nosso plano é tornar mais eficiente o consumo de energia. A nossa meta é reduzir em 2% ao ano por área construída. Por que esses 2%? Porque pegamos o histórico de consumo de energia, e as reduções que conseguíamos em anos anteriores era 1.8, 1.7. O maior que conseguimos foi de 1.9. Então, 2% de redução é uma meta para conseguirmos. E então, ficou definido 2%. E as ações? Definir horário de funcionamento de luz e ar condicionado. Automação do sistema: muita gente já comentou que fez a automação do sistema de refrigeração e eliminação. E essa campanha, Desafio Sustentável, Adriana, no I Seminário, você mostrou algo dessa gincana. Lembro-me até que liguei para você, e um pedacinho dessa campanha está ali. Esse desafio é uma campanha belíssima, que começou agora em abril e vai até outubro. Se não der tempo de falar aqui hoje, fica aí a dica, que quem quiser pegar o programa comigo, englobamos três ações: energia para mudar, que é a fiscalização do gerenciamento de energia unidade por unidade, as unidades concorrem entre si.

Faça o seu papel, que é o gerenciamento de impressões e devolução de equipamentos, por exemplo, cada equipamento de impressão devolvido, a equipe ganha 20 pontos. Se se reduziu o número de impressões, ganha pontos, se aumentou, perde ponto. Então, as equipes começam com 2.000 pontos e vão ganhando ou perdendo pontos. Tivemos que ser mais severos nessas ações. Mudamos o horário de funcionamento do Tribunal: sempre quando alguma portaria era editada, começava entre os considerandos, sempre havia, considerando o Plano de Logística Sustentável.

Então, as ações do Plano de Logística Sustentável eram importantes e continuavam sendo levadas a sério. Mas o nosso Plano é vivo e se radicalizou com o corte.

O horário de funcionamento do Tribunal, hoje, é das 8h às 16h, para o atendimento externo; e para o público interno das 7h às 17h. O que acontece lá, hoje? Gente, às 17h15min, uma pessoa aperta um botão e a luz inteira do Tribunal é apagada, no Fórum Trabalhista e no edifício dos Desembargadores. O ar condicionado, a mesma coisa: desliga-se tudo às 17h15min, porque queremos fugir do horário de ponta, que é das 18h às 21h e é três vezes mais caro. Fugimos, então, do horário de ponta, às 17h15min, desliga-se tudo. Elevadores também. Se você está lá no 8º andar, minha sala fica lá, e deu 17h15min você está lá, por mais que você esteja acostumado, você sempre se assusta. Ah, é mesmo: às 17h15min, desliga tudo. Aí, todo mundo com a lanterninha do celular indo embora, procurando a escada.

Tive que despachar com o Presidente, porque estava com discurso dele para a nossa semana socioambiental. E fomos, eu, o Diretor-Geral, com a lanterninha, já era umas 18h. Quando lá chegamos, a sala do Presidente estava escura, e ele despachando com dois assessores. A tela do computador ligada e ele lá, que disse: Oh, Ricardo, que é o nosso Diretor-Geral, não tem jeito de ligar, pelo menos, a luz da minha sala? E então falei: Presidente, essa é justamente a ação que mais está gerando economia para Tribunal. E ele respondeu: Não precisa ligar não. E o assessor falou: Dr. porque não colocamos aqui uma luminária, daquelas que carregamos durante o dia e ela fica acesa durante a noite? E o outro falou: um lampião, quem sabe um lampião? E o outro falou: É mesmo, talvez aquelas com energia solar.

Olhem, se um dia vocês forem lá no gabinete do Presidente do TRT18 e tiver um lampião, não se assustem, porque é assim mesmo que é para funcionar agora, porque tem que ser rigoroso, tem que funcionar para todo mundo, tem que funcionar lá para a unidade, lá para a seção de zeladoria e tem que funcionar também para o gabinete do Presidente. É geral, é rigorosa a ação e funcionou. Quais os resultados que conseguimos? E com as campanhas, também, e com o desafio sustentável, somando tudo, a energia elétrica, em valores, conseguimos o extraordinário, redução, começou agora a campanha, não é? Comparamos os quatro últimos meses de 2015, com os quatro primeiros meses de 2016, por causa da tarifa, que é a mesma. Olhem a redução: em 4 meses, mais de R\$420.000,00 reais (quatrocentos e vinte mil), mais de R\$100.000,00 reais (cem mil) por mês, 30% a variação. Economia, ou seja, em um ano vai dar mais de R\$1.200.000,00 reais (um milhão e duzentos mil). Trata-se de uma economia fantástica que não afetou em nada. Os servidores estão felizes, todo mundo trabalhando do mesmo jeito, o jurisdicionado continua sendo atendido do mesmo jeito, ou seja, é aquela questão: uma ação que trouxe economia, e será que

veio para ficar? A princípio, está lá na portaria, é provisória, vai durar só até dezembro. Mas, fica a crise ensinando. Por que não continuamos com isso depois? Mas, que acontece? Alguém falou assim: Lara, você conseguiu fugir do horário de ponta, tudo bem, e economizou dinheiro. Mas, será que houve uma redução de fato no consumo de kilowatts-hora? Pois, uma coisa é pagarmos menos porque fugiu do horário caro; a outra coisa é a redução do uso da energia, desse recurso tão importante.

Aí falei assim:

— Então, vamos pesquisar. Comparamos, nesse caso, os primeiros meses de 2015 com agora, os primeiros meses de 2016. Lembrem-se, a nossa meta é reduzir 2%. Quanto vocês acham que conseguimos reduzir? Quanto? 30% em valor. Você foi um pouquinho alto: 5, 10, vamos ver quanto. Conseguimos 14% de economia real no consumo de kilowatts-hora, ou seja, além da economia financeira de recursos, conseguimos uma economia real de 14%, que é muito mais do que o maior sonho nosso de redução. E isso a crise nos ensinou, conseguimos essa redução

E o outro ponto que quero falar é algo muito recente lá, Adriana, isso tem a ver com o que você disse, também. Descobrimos um filé mignon ouro ali. Estamos empenhados agora nessa questão da impressão e equipamentos. A Informática, que o Secretário de Tecnologia da Informação é membro da Comissão, nos reunimos com ele, que disse:

— Não, precisamos reduzir o número de impressoras.

Olha a diferença: quando você falou que tinha mais de 1.000 impressoras, me assustei, porque temos 470 impressoras hoje, 270 são do *outsourcing*, que é a terceirização, e 200 do parque próprio. Só que estas, do parque próprio, a metade já venceu a garantia; as outras, a garantia está vencendo agora em junho.

Então, qual é o nosso objetivo? Retirar as próprias de circulação e remanejar as 270 de forma que não precisa aumentar em nada o contrato. E aí, somos um trabalho, fizemos aquele movimento, Ketlin, de levantar e andar. Entramos em uma sala: eu e uma pessoa da informática, formamos uma equipe e fomos de sala em sala já com uma determinação da alta administração, porque não saímos sem uma delas. Já saímos com a força e com o poder, porque se chegarmos lá fracos, nos derrubam. Temos que chegar fortes.

— Olha: viemos aqui para dizer que está determinado que vocês têm que devolver metade das suas impressoras. Agora, vocês podem ou não nos ajudar, dizer qual vocês querem devolver.

— Ah, meu Deus do céu, socorro.

— Não, já está determinado. Agora estamos aqui por gentileza, para vocês ajudarem. Reclamam, reclamam e, no final, está bom. Então tira essa e essa daqui. E

vamos fazendo esse trabalho. Lá no Fórum Trabalhista já fizemos isso e agora estamos nas Varas do interior, fazendo esse remanejamento. O que definimos? Que 3 impressoras por Vara do Trabalho é o suficiente para atender com qualidade a necessidade da Vara. E se pegamos o relatório, temos Varas com 5 impressoras, com 7, e achamos casos de Varas com 12 impressoras. Quando fomos fazer essa visita, havia unidade, como já foi dito aqui, que tinha uma impressora por pessoa, por posto de trabalho. E a maior justificativa, o argumento deles era:

— Ah, mas não posso levantar, se eu levantar vou perder tempo de trabalho.

E eu falei:

— Não, a qualidade de vida já diz que você tem que levantar, que faz bem caminhar um pouquinho, andar, esticar, espreguiçar. Vai ser bom.

Então, a resistência era essa, e o que nos admira, porque em era de processo eletrônico, lá no nosso Tribunal, há muito tempo, o processo judicial já é 100% eletrônico, e há muitos anos, o processo administrativo é 100% eletrônico, também. Temos o sistema do Sisdoc, todo o processo administrativo eletrônico.

Então, estamos conseguindo fazer esse remanejamento. E a outra boa notícia é que fazendo isso, tivemos a ideia de colocar as impressoras em rede. Hoje, as nossas impressoras, na capital, já são 100% em rede e, no interior, estamos caminhando, também, para 100%. Qual que é a diferença? A impressora, antes, no sistema tradicional, é ligada a um computador e compartilhada a outros. Então, aquele computador tem que estar ligado e em rede não. Em rede, você pode imprimir em qualquer impressora do Tribunal, desde que você a acesse, ou seja, se a sua impressora der problema, e você tiver uma urgência, você imprime ali. E com as impressoras em rede, descobrimos o *papercut*, que é um softer gerenciador de impressão. Já tínhamos esse softer no nosso *outsourcing*, ou seja, não tivemos que pagar nada a mais por ele, e ele nos gera relatórios interessantíssimos. Ele nos fala o número do servidor - o meu é S202346 - aparece o nome do documento, o seu teor, número de página, se foi frente e verso ou não, e se essa impressão foi interrompida por algum motivo ou não. Ele nos dá, também, alguns dados do impacto ambiental. Por exemplo, fizemos uma campanha e fomos mais ousados, Adriana. Pegamos o relatório na nossa comissão da Comissão, a cúpula tática do Tribunal, e falamos: E agora? Sei quem imprimiu o quê, quem imprimiu um documento particular, apostila de concurso apareceu demais, livro de Direito, viagem a Las Vegas, 102 páginas, muitos documentos particulares. Sabemos quem imprimiu, está lá o número do servidor, o dia, a hora, tudo. E, mais, cada folha impressa nossa tem uma marca d'água aqui embaixo que aparece assim: impresso por S202346, fui eu que imprimiu este material; não tem como negar, a prova está ali.

Então, editamos uma portaria, o Presidente assinou, falando do ressarcimento ao erário das impressões particulares. O relatório de março, o encaminhamos aos gestores com o S, o número do servidor, o nome do documento, tudo direitinho para o gestor ter ciência, atestar e validar essas impressões. E caso encontrasse algo particular, deixamos para ele ver. Não vou dizer que a apostila de Direito Tributário do curso LFG é particular, mas o gestor vai me dizer isso e vai me atestar. E isso gerou um reboliço no Tribunal, muita gente me ligando, me pegavam no corredor:

— Lara, é verdade que vocês estão sabendo? Olha, deixa eu te falar, eu imprimi um recibo, mas foram só 3 páginas.

— Não, tudo bem, não estamos olhando 3 páginas por enquanto não.

Fiquei famosa da noite para o dia, e olhem só: com o primeiro levantamento e esse encaminhamento aos gestores - o verdinho são todas as unidades que já reduziram sua impressão com essa ação - houve a redução, surtiu efeito.

De março para abril, a redução parece pequena, mas foi geral, ou seja, em um mês já foi um pouquinho para todo mundo. E outros relatórios interessantes surgem, ou seja, as possibilidades são muitas, e ainda estamos aprendendo a lidar com isso, porque não é fácil, o relatório, às vezes, é um pouco confuso, a sua leitura. Mas, por exemplo, tenho as maiores impressões. O que justifica uma impressão de 1.396 páginas? Todas as impressões acima de 200 páginas, fomos procurar um por um para saber, para justificar. Eles tiveram que justificar. Por que você imprimiu esse documento?

— Ah, esse aqui é porque é um processo que tive que mandar remeter a outro órgão, que não é eletrônico. Então, tive que imprimir.

Mas, surgiram, também, explicações do tipo: foi engano. Surgiram muitas explicações do tipo engano. Penso que já diminuíram. Olhem só: de 30 documentos, em março, já caiu para 14, em abril, só da pessoa ter que justificar.

E agora, neste mês de maio, o meu colega da informática até me mandou pelo *whatsapp*, já inseri aqui na nossa apresentação, que vão ser os primeiros ressarcimentos ao erário que vamos providenciar. Combinei lá com a cúpula tática, que íamos cobrar acima de 200 páginas, comprovado o uso pessoal, vamos cobrar. E como vai ser isso? Isso foi anteontem, antes de sair, estava lá com Diretor-Geral, decidindo como íamos fazer.

— Não, vamos estipular o valor, estipular o custo, vamos encaminhar para a pessoa; ela justifica, dá um prazo, depois vai para a Secretaria de Orçamento e já faz o débito automático lá na folha de pagamento.

Então temos aqui um documento sem título, e vamos pedir justificativa; há ali um livro de Mecânica Automotiva Básica, de 240 páginas, e uma apostila de 225

páginas, que foi um estagiário que publicou, que imprimiu. Quem vai pagar a conta desse estagiário? Está na portaria, pois previmos isso, é o servidor supervisor. Já está tudo na portaria. Estão vendo a responsabilidade do servidor?

Pessoal, estou muito boa no relógio, fim. E é o fim da minha apresentação.

Muito obrigada.

(Palmas)